



Instituto das
Comunicações
de Portugal

PLANO DE ACTIVIDADES 2001-2003

ÍNDICE

	Pág.
1. A SITUAÇÃO ACTUAL	3
2. A ESTRATÉGIA DO ICP	7
3. PROGRAMAS DE ACÇÃO	16
4. PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO	
(VERSÃO SINTÉTICA)	
4.1 PLANO DE PESSOAL	33
4.2 PLANO DE INVESTIMENTO	35
4.3 PLANO FINANCEIRO	37
ANEXO	47

1. A SITUAÇÃO ACTUAL

Descrever o sector das telecomunicações é, nos dias que passam, um verdadeiro desafio. O compasso que, durante décadas, marcou os ciclos de vida de tecnologias e serviços deixou de ser válido. Tão depressa uma oferta do mercado se mantém em progressão acelerada durante anos, ultrapassando expectativas prévias, como, de súbito, se pode ver atropelada pelo surgimento repentino de uma nova tecnologia ou produto. Esta vertigem ameaça confundir a percepção dos consumidores, ao transformar as info-comunicações num território onde tudo é exequível.

A revolução tecnológica, que já constituía o novo paradigma para o sector das telecomunicações em 2000, mantém a sua actualidade para 2001. É toda uma abordagem tradicional que terá de ser reequilibrada, à luz, nomeadamente, da indissociável dicotomia redes/serviços, cujas fronteiras se estão a tornar cada vez mais difusas. As potencialidades das actuais e futuras redes e plataformas de comunicações estão ainda longe da sua plenitude.

As novas tecnologias têm conduzido à diversificação dos serviços, com particular relevância para as comunicações sem fios e para as comunicações interactivas, traduzindo igualmente uma transformação das condições de acesso aos serviços que suportam. O impacto em termos de mercado tem ainda sido acentuado pelo aumento significativo do número de prestadores de serviços, possibilitado pela conclusão do processo de liberalização do sector das telecomunicações operada no cenário nacional em 1 de Janeiro de 2000.

1. A SITUAÇÃO ACTUAL

Descrever o sector das telecomunicações é, nos dias que passam, um verdadeiro desafio. O compasso que, durante décadas, marcou os ciclos de vida de tecnologias e serviços deixou de ser válido. Tão depressa uma oferta ao mercado se mantém em progressão acelerada durante anos, ultrapassando expectativas prévias, como, de súbito, se pode ver atropelada pelo surgimento repentino de uma nova tecnologia ou produto. Esta vertigem ameaça confundir a percepção dos consumidores, ao transformar as info-comunicações num território onde tudo é exequível.

A revolução tecnológica, que já constituía o novo paradigma para o sector das telecomunicações em 2000, mantém a sua actualidade para 2001. É toda uma abordagem tradicional que terá de ser reequacionada, à luz, nomeadamente, da indissociável dicotomia redes/serviços, cujas fronteiras se esbatem rapidamente, enquanto as potencialidades das actuais e futuras redes e plataformas de comunicações estão ainda longe da sua plenitude.

As novas tecnologias têm conduzido à diversificação dos serviços, com particular relevância para as comunicações sem fios e para as comunicações interactivas, traduzindo igualmente uma transformação das condições de acesso aos serviços que suportam. O seu impacto em termos de mercado tem ainda sido acrescido pelo aumento significativo do número de prestadores de serviços, possibilitado pela conclusão do processo de liberalização do sector das telecomunicações, operada no cenário nacional em 1 de Janeiro de 2000.

A já calendarizada introdução de novas plataformas, como as que suportarão os sistemas móveis de 3ª geração, nomeadamente o UMTS, a televisão digital terrestre (TDT/DVB-T) e os serviços de recursos partilhados de tecnologia inteiramente digital, potenciará uma maior integração de serviços e tecnologias e dará origem a novas funcionalidades, já visíveis, embora a um nível mais restrito, no acesso à Internet a partir dos serviços móveis, através do WAP (Wireless Application Protocol).

Os actuais prestadores têm vindo a diversificar, de forma significativa, os serviços postos à disposição do público, privilegiando a oferta de pacotes integrados. Têm igualmente protagonizado aquisições e alianças entre si ou com empresas de sectores até agora distintos, como estratégia de integração ou simples sobrevivência no mercado, tornando possível a oferta de serviços integrados, a preços mais competitivos e com maior qualidade. É a rota da convergência.

Na Europa, os esforços centram-se na área da Sociedade da Informação, visando recuperar o atraso nos domínios das tecnologias da informação e das comunicações em relação aos EUA, através, nomeadamente, do incentivo ao desenvolvimento das indústrias de conteúdos, serviços interactivos, comércio electrónico, economia digital.

Esta postura manter-se-á, com o combate à designada "iliteracia digital" a constituir uma meta crucial deste processo, para a qual contribuirão a massificação do acesso à informação e o desenvolvimento da utilização da Internet. A progressiva abertura à concorrência das redes de acesso local, designadamente a operada pela Portugal Telecom, constituirá uma poderosa alavanca ao

desiderato pretendido, devendo estar concluída durante o 1º semestre de 2001.

Em todo este processo, os consumidores assumem um papel central no alargamento progressivo da gama de serviços disponibilizados pelos diferentes prestadores e, em simultâneo, como destinatários privilegiados da actividade de regulação, cujos direitos e interesses importa salvaguardar, em especial num ambiente aberto e concorrencial. Nesse contexto, assume particular importância a garantia de prestação do serviço universal de boa qualidade e a preços acessíveis.

A todo este processo de mudança e reconfiguração de sistemas de valor não está alheio o sector postal, cuja postura tem vindo a sofrer as adaptações adequadas, sendo previsível que o processo de abertura deste mercado prossiga a sua marcha, acompanhando os desenvolvimentos ao nível comunitário. Também neste sector, a garantia de prestação de um serviço universal de boa qualidade constitui um objectivo permanentemente actual.

2. A ESTRATÉGIA DO ICP

O ICP, enquanto órgão regulador do mercado das comunicações, promove a universalidade, qualidade e diversidade das redes e serviços de telecomunicações e correios.

É esta a missão do ICP para o triénio 2001-2003 e orientar-se-á de acordo com 3 eixos fundamentais:

1. Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais;
2. Defesa dos utilizadores e consumidores;
3. Desenvolvimento da sociedade da informação.

Tais princípios traduzir-se-ão num conjunto de vectores de acção que permitirão ao ICP, no âmbito das suas competências, estar comprometido dar resposta às prioridades e desígnios de interesse público em três grandes áreas:

- a política de concorrência, incentivando o investimento e a entrada de novos operadores e prestadores de serviços avançados no mercado, cabendo ao regulador, através de uma actuação sensata e transparente, impedir práticas anti-concorrenciais;
- a política ambivalente de estímulo ao desenvolvimento de redes e infra-estruturas diversificadas, a par da criação de condições de abertura de redes, designadamente a do operador histórico, Portugal Telecom, proporcionando condições favoráveis de acesso e interoperabilidade aos novos operadores;

2

A ESTRATÉGIA ICP

2. A ESTRATÉGIA DO ICP

O ICP, enquanto órgão regulador do mercado das comunicações, promove a universalidade, qualidade e diversidade das redes e serviços de telecomunicações e correios.

É esta a missão do ICP para o triénio 2001-2003 e orientar-se-á de acordo com 3 eixos fundamentais:

- 1 Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais;
- 2 Defesa dos utilizadores e consumidores;
- 3 Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Tais princípios traduzir-se-ão num conjunto de vectores de actuação que permitirão ao ICP, no âmbito das funções e obrigações que lhe estão cometidas, dar resposta às prioridades e desígnios de interesse público em três grandes áreas:

- a política de concorrência, incentivando o investimento e a entrada de novos operadores e prestadores de serviços avançados no mercado, cabendo ao regulador, através de uma actuação isenta e transparente, impedir práticas anti-concorrenciais;
- a política ambivalente de estímulo ao desenvolvimento de redes e infra-estruturas diversificadas, a par da criação de condições de abertura de redes, designadamente a do operador histórico, Portugal Telecom, proporcionando condições favoráveis de acesso e interoperacionalidade aos novos operadores;

- o novo contrato entre o mercado, o Estado e a sociedade, traduzido quer na prioridade atribuída às políticas de defesa do consumidor, enquanto elemento estimulante da inovação e qualidade, quer no aprofundamento do papel regulador do Estado, tendo em vista o interesse público, traduzido na salvaguarda dos direitos dos cidadãos, dos consumidores e da concorrência, nomeadamente através do tratamento adequado da convergência de tecnologias e serviços;
- a Sociedade da Informação e do Conhecimento, enquanto aposta transversal com reflexo em políticas e programas multi-sectoriais, incluindo a consagração dos mecanismos que viabilizem a oferta de redes e serviços de banda larga e o incentivo ao desenvolvimento de plataformas digitais, promovendo o acesso à Internet em condições de acessibilidade económica.

1 Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais

A promoção de mercados abertos e concorrenciais, assegurando simultaneamente uma distribuição equitativa entre operadores e consumidores dos benefícios da concorrência e garantindo o desenvolvimento da Sociedade da Informação, é uma componente fundamental da política do ICP.

Neste eixo estratégico, assume particular importância a revisão do modelo regulamentar aplicável às telecomunicações, tanto ao nível comunitário como no âmbito nacional. Com efeito, um novo quadro regulamentar deverá dar resposta ao dinamismo das alterações tecnológicas e de mercado, reflectindo a convergência das

telecomunicações, do audiovisual e das tecnologias de informação. Daí a relevância atribuída ao acompanhamento do processo de discussão e aprovação das medidas comunitárias propostas, uma vez que condicionarão decisivamente o futuro modelo regulamentar nacional e as opções subjacentes. Por outro lado, este programa influencia os três eixos da actividade do ICP, com uma incidência mais ou menos directa consoante a natureza das acções que o compõem. Em simultâneo, o ICP deverá estar permanentemente atento aos desenvolvimentos do mercado nas suas várias componentes, visando fundamentalmente os seguintes objectivos:

- incentivar o investimento em novas infra-estruturas e plataformas e serviços, proporcionando as condições regulatórias necessárias à sua concretização;
- promover a concorrência e acompanhar de perto o desenvolvimento dos mercados de telecomunicações e multimedia;
- garantir a interligação e interoperacionalidade de redes e serviços, a preços razoáveis e de acordo com princípios de oferta de rede aberta;
- acompanhar os desenvolvimentos dos novos sistemas tecnológicos (UMTS, DVB-T, T-DAB, TETRA, ATM, IP, DSL, entre outros), com vista à análise da sua influência no mercado;
- reavaliar os actuais princípios e metodologias de gestão de espectro (planeamento, licenciamento e fiscalização).

Tendo em vista a concretização destes objectivos, o ICP deverá actuar em áreas específicas, nomeadamente:

- intervir no sentido de assegurar a prevenção de práticas anti-concorrenciais;
- Intensificar e formalizar a cooperação com a Direcção Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC), enquanto organismo responsável pelas matérias de concorrência, designadamente por via da celebração de acordo institucional específico;
- assegurar a conformidade entre as condições previstas nas licenças e as normas estabelecidas;
- minimizar eventuais barreiras existentes à entrada no mercado, promovendo a oferta de redes abertas, nomeadamente através da introdução de medidas adequadas à desagregação do lacete local;
- avaliar de forma rigorosa os custos em redes públicas (fixas e móveis), numa perspectiva de custos prospectivos incrementais de longo prazo;
- promover a abertura de direitos de passagem e a oferta de serviços de "fibra escura" por parte de entidades detentoras ou concessionárias de redes de infra-estruturas públicas;
- promover a partilha de infra-estruturas ("*site sharing*") como forma de protecção do ambiente.

2 Defesa dos utilizadores e consumidores

O Instituto deverá garantir e manter um papel activo da regulação no sentido dos direitos e expectativas dos cidadãos e dos consumidores, em especial sempre que:

- se verificar a existência no mercado de irregularidades e desequilíbrios, que se revelem desfavoráveis para os consumidores;
- existam objectivos sociais, tais como a necessidade de ligação a serviços de emergência e de disponibilização de certos serviços, tendo em conta a localização geográfica e grupos de utilizadores vulneráveis, tais como idosos, deficientes ou outros com necessidades especiais específicas.

Neste contexto, o ICP deverá:

- garantir o serviço universal de telecomunicações e promover o acesso generalizado dos cidadãos à Sociedade da Informação;
- aumentar a informação aos consumidores, através do desenvolvimento de mecanismos adequados;
- agir pró-activamente junto dos operadores e da indústria electrónica no sentido da normalização e inter-operabilidade dos interfaces e equipamentos terminais multimedia;
- regular e monitorizar as actividades dos operadores com poder de mercado significativo, exercendo nomeadamente um controlo de preços, sempre que exista uma reduzida perspectiva de efectiva concorrência;

- viabilizar a prossecução de objectivos sociais, assegurando um acesso universal e promovendo o fornecimento de serviços acessíveis a todos;
- promover e divulgar conjuntamente com as associações representativas dos consumidores, iniciativas de interesse geral, designadamente campanhas de informação e inquéritos aos consumidores de telecomunicações e correios;
- acompanhar de perto o desenvolvimento de estudos sobre os efeitos das radiações sobre a saúde humana;
- favorecer o diálogo entre operadores e consumidores, designadamente em matéria de arbitragem e resolução de diferendos;
- realizar e publicar trabalhos de aferição de qualidade dos serviços de telecomunicações e correios.

3 Desenvolvimento da Sociedade da Informação

A promoção do desenvolvimento da Sociedade da Informação - que não se esgota numa mera evolução tecnológica, porquanto afectará todas as pessoas, em todos os locais, aproximando comunidades rurais e urbanas e criando riqueza e partilha de conhecimentos - é um objectivo crucial da regulação de comunicações, integrando o *e-Portugal* na *e-Europe* e, desta forma, moldando esta nova sociedade a valores, princípios e forças comuns, aumentando a coesão social e enriquecendo a vida dos cidadãos.

Para tal se conjugam as iniciativas previstas nos outros dois eixos de intervenção estratégica do ICP, relacionados com o desenvolvimento

de mercados abertos e concorrenciais e com a protecção dos interesses dos utilizadores e consumidores, assim como a promoção da cultura *e-commerce* e *e-business*.

No desenvolvimento das acções previstas, o ICP não deixará seguramente de tomar em consideração as alterações que se operarão no mercado das comunicações, nomeadamente:

- rápido desenvolvimento das tecnologias, incluindo a consolidação das redes baseadas no *Internet Protocol* (IP);
- globalização da actividade das empresas fornecedoras de redes e serviços de telecomunicações;
- integração dos mercados fixo e móvel;
- convergência dos sectores das telecomunicações, audiovisual e tecnologias de informação;
- novos métodos de determinação de preços de novos serviços (evolução, por exemplo, da taxação por tempo para sistemas de taxação por volume de informação);
- crescimento da procura do acesso ao lacete local, por concorrentes que se propõem fornecer novos serviços;
- conclusão da maior parte das infra-estruturas de rede por cabo;
- novos desenvolvimentos nas tecnologias e mercados com impacto no actual modelo de operadores de rede de telecomunicações integrado verticalmente.

Nesse sentido, o ICP deverá:

- contribuir para o desenvolvimento de condições de mercado;
- acompanhar e aferir o impacto da convergência no desenvolvimento da Sociedade da Informação;
- acompanhar os desenvolvimentos de ordem política - nacional e comunitária - , regulatória e concorrencial, relacionados com a promoção do uso da Internet, comércio electrónico, banda larga e inovação em serviços;
- gerir, de forma dinâmica, o espectro radioelétrico, proporcionando as condições para o surgimento de novas redes e serviços avançados com base em tecnologias *wireless*.

PROGRAMAS DE ACÇÃO

QUADRO SÍNTESE DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO A DESENVOLVER EM CADA EIXO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS	Eixo 2. DEFESA DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES	Eixo 3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
E1.1 REVISÃO DO QUADRO REGULAMENTAR APLICÁVEL AS TELECOMUNICAÇÕES, QUER AO NÍVEL COMUNITÁRIO, QUER NACIONAL (*)	E2.1 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL	E3.1 PROMOÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL	E2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO SECTOR	E3.2 PROMOÇÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS
E1.3 REVISÃO DAS ACTUAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DO ESPECTRO (PLANEAMENTO, ALOCAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ESPECTRO)	E2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE TESTES, ESTUDOS E INDICADORES DIRIGIDOS À APERIÇÃO REGULAR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CORREIOS	E3.3 PARTICIPAÇÃO NA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA (ESA)
E1.4 PLANEJAMENTO, DESPESQUEAMENTO E PORTABILIDADE		
E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE UMDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO		
E1.6 AVALIAÇÃO DOS CUSTOS EM REDES PÚBLICAS (FIXAS E MÓVEIS) NUMA PERSPECTIVA LÚC (CUSTOS PROSPECTIVOS INCREMENTAIS DE LONGO PRAZO)		
E1.7 DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO DOS MERCADOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES		

PROGRAMAS DE ACÇÃO

3

(*) Este programa insere-se igualmente nos Eixos 2 e 3

QUADRO SÍNTESE DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO A DESENVOLVER EM CADA EIXO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS	Eixo 2. DEFESA DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES	Eixo 3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
E1.1 REVISÃO DO QUADRO REGULAMENTAR APLICÁVEL ÀS TELECOMUNICAÇÕES, QUER AO NÍVEL COMUNITÁRIO, QUER NACIONAL (*)	E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL	E3.1 PROMOÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL	E2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO SECTOR	E3.2 PROMOÇÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS
E1.3 REVISÃO DAS ACTUAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DO ESPECTRO (PLANEAMENTO, LICENCIAMENTO, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ESPECTRO)	E2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE TESTES, ESTUDOS E INDICADORES DIRIGIDOS À AFERIÇÃO REGULAR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CORREIOS	E3.3 PARTICIPAÇÃO NA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA (ESA)
E1.4 NUMERAÇÃO, ENDEREÇAMENTO E PORTABILIDADE		
E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO		
E1.6 AVALIAÇÃO DOS CUSTOS EM REDES PÚBLICAS (FIXAS E MÓVEIS) NUMA PERSPECTIVA LRIC (CUSTOS PROSPECTIVOS INCREMENTAIS DE LONGO PRAZO)		
E1.7 DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO DOS MERCADOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES		

(*) Este programa insere-se igualmente nos Eixos 2 e 3

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS

Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E1.1 REVISÃO DO QUADRO REGULAMENTAR APLICÁVEL ÀS TELECOMUNICAÇÕES, QUER AO NÍVEL COMUNITÁRIO, QUER NACIONAL	Participar, na esfera comunitária, nos trabalhos de revisão do actual quadro normativo (Revisão 99). Adaptar e reorganizar os princípios de base do quadro regulamentar nacional aplicável às comunicações, conciliando as conclusões do processo da Revisão 99 e a promoção de mercados abertos e concorrenciais.	Redefinição de princípios e regras aplicáveis à actuação do órgão regulador e dos agentes económicos no domínio da instalação e oferta de redes e serviços de telecomunicações, assegurando a promoção de mercados abertos e concorrenciais e, bem assim, a protecção dos utilizadores e consumidores (Eixo 2) e o desenvolvimento da Sociedade da Informação (Eixo 3).	DRC DAE DPI DGE DSM	1999	2003
E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL	Adquirir o conhecimento adequado sobre o estado do desenvolvimento tecnológico, as condições de impacto no mercado e os modos de propiciar o seu desenvolvimento. Concretizar os processos de licenciamento de operadores UMTS, DVB-T e TETRA, acompanhar a implementação do T-DAB.	Abertura do mercado a novos serviços com recurso a novas tecnologias, bem como reforço das tendências de convergência. Completa inovação ao nível dos serviços disponíveis ao público, com provável impacto ao nível dos serviços de telecomunicações "tradicionais".	DGE DSM DEN DCD DRC DPI	1999	2002

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS (cont.)

Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E1.3 REVISÃO DAS ACTUAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DO ESPECTRO (PLANEAMENTO, LICENCIAMENTO, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ESPECTRO)	Aplicar a futura legislação sobre radiocomunicações. Harmonizar, simplificar e informatizar todos os procedimentos no sentido de desburocratizar e descentralizar os serviços associados à gestão do espectro. Acompanhar a evolução da tecnologia, por forma a dar resposta às crescentes solicitações na área de licenciamentos, gestão, controlo e utilização do espectro.	Desburocratização e descentralização dos serviços associados à gestão do espectro no sentido de uma maior eficiência. Assegurar uma maior transparência e simplificação dos procedimentos e aumentar a transparência e fluidez no relacionamento com os utilizadores e consumidores.	DGE DRC DFA DEN Delegações	1999	2003
E1.4 NUMERAÇÃO, ENDEREÇAMENTO E PORTABILIDADE	Desenvolver as especificações para a implementação da portabilidade. Avaliar o interesse na atribuição directa de recursos de numeração pelo ICP ao utilizador final, estabelecendo uma base de dados e os correspondentes preços a aplicar, bem como o necessário enquadramento legal para o efeito.	Estabelecimento de regras claras que permitam uma saudável concorrência. Facilitar aos utilizadores a mudança de operador. Alargamento das competências do ICP da área da numeração ao endereçamento de banda larga.	DGE DRC DSM DPI DFA GACRE	2001	2003

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS (cont.)

Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS)	Promoção de concorrência e competitividade, em especial no lacete local. Estabelecimento de um quadro que promova o desenvolvimento de infraestruturas, a dinamização da oferta de serviços e do acesso à Internet, removendo possíveis barreiras. Preservação de condições de regularidade e previsibilidade dos mercados. Harmonização de procedimentos a nível europeu.	Preparação das condições de oferta dos serviços de interligação. Diversificação de possibilidades de prestação de serviços no lacete local. Maior acessibilidade dos preços reais dos serviços de telecomunicações.	DPI DRC DGE DSM GACRE	1ºT2001	4ºT2003
E1.6 AVALIAÇÃO DOS CUSTOS EM REDES PÚBLICAS (FIXAS E MÓVEIS) NUMA PERSPECTIVA LRIC (CUSTOS PROSPECTIVOS INCREMENTAIS DE LONGO PRAZO)	Estabelecer uma referência alternativa aos modelos de custos históricos, visando uma análise mais completa, numa perspectiva de regulação, de custos e preços de interligação, custos do serviço universal e, eventualmente custos do acesso local, tendo em conta que a teoria e a prática da regulação nos mercados alternativos, baseados em elementos de rede, deve ter em vista a identificação de custos incrementais de longo prazo.	Reavaliação dos custos de operadores com PMS (poder de mercado significativo). Desenvolvimento do conhecimento de modelos alternativos baseados em elementos de rede que permitam identificar os custos prospectivos incrementais de longo prazo (LRIC).	GT DPI DGE DEN DSM DFA GACRE	1ºT2001	4ºT2001

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS (cont.)

Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E1.7 DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO DOS MERCADOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES	Promover a competitividade do sector, por forma a que o investimento, a produção e a venda de equipamentos seja feita ao ritmo dos desenvolvimentos tecnológicos e do mercado e que os operadores procedam à publicação de especificações técnicas precisas e adequadas dos interfaces das suas redes. Promover condições de igualdade de acesso dos operadores aos assinantes, permitindo-lhes uma maior liberdade de escolha da opção tecnológica na rede de acesso.	Garantir, por parte dos fabricantes e importadores, a conformidade dos equipamentos com os requisitos essenciais e outras obrigações para colocação no mercado e, por parte dos operadores, a publicação das especificações dos interfaces de rede. Contribuir para a consolidação da concorrência no domínio das infra-estruturas de acesso ao assinante.	DEN DAE DGE DRC DFA GACRE Delegações	2001	2003
E2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO SECTOR			DSM GACRE DFA	2000	2003
E2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE TESTES, ESTUDOS E	Desenvolver um conjunto de testes, indicadores e estudos.	Dotar o ICP e os consumidores e utilizadores de informações	DSM DGE	2000	2003
REGULAR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CORREIOS	qualidade dos serviços de telecomunicações e correios.	serviços de telecomunicações e correios, por forma a habilitar à adopção de medidas eventualmente necessárias e contribuindo simultaneamente para a melhoria da prestação, em termos de qualidade, por parte dos diferentes prestadores.	DFA		

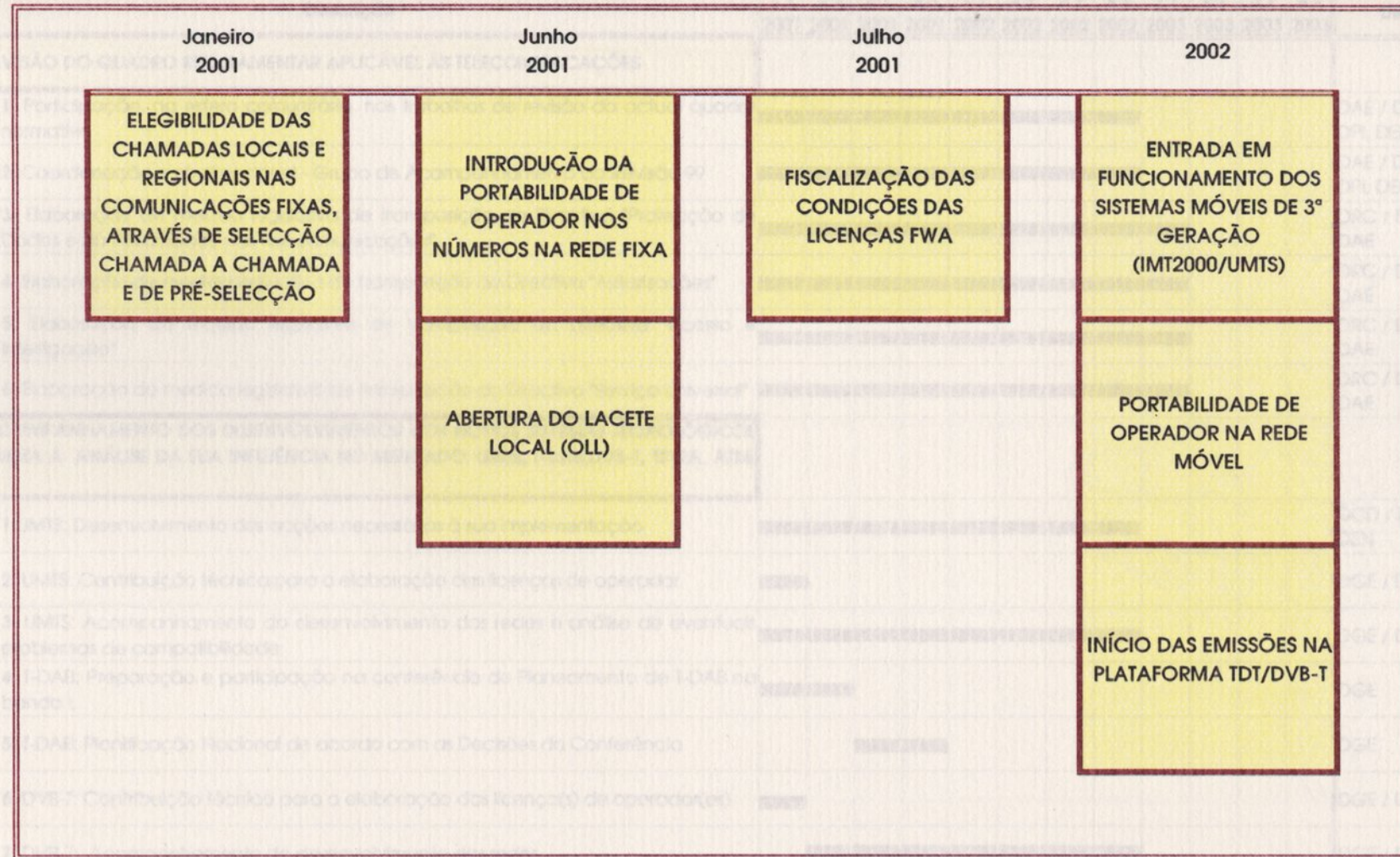
PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 2. DEFESA DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES

Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E2.1 CONSUMIDOR / UTILIZADOR BEM INFORMADO	Promoção e divulgação de informação sobre o sector, com o reforço da protecção dos interesses dos consumidores e utilizadores em geral, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.	Adaptação permanente e dinâmica da política de comunicação às necessidades de mercado, com a divulgação, de forma adequada e alargada, das medidas susceptíveis de nele terem impacto.	GACRE Direcções	2001	2003
E2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO SECTOR	Incrementar, em quantidade e qualidade, a informação no âmbito do sector, designadamente estatística, relacionada com os mercados, estruturando-a por forma a proporcionar a sua percepção integrada, em termos dos operadores/prestadores e/ou segmentos de actividade.	Melhoria dos processos e fluxos de informação, com vantagens óbvias para os utilizadores e consumidores. Reforço da imagem do ICP enquanto entidade catalizadora de informação sobre o sector.	DSM GACRE DFA	2000	2003
E2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE TESTES, ESTUDOS E INDICADORES DIRIGIDOS À AFERIÇÃO REGULAR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CORREIOS	Desenvolver um conjunto de testes, indicadores e estudos, com vista à aferição da qualidade dos serviços de telecomunicações e correios.	Dotar o ICP e os consumidores e utilizadores de informações fiáveis acerca da qualidade dos serviços de telecomunicações e correios, por forma a habilitar à adopção de medidas eventualmente necessárias e contribuindo simultaneamente para a melhoria da prestação, em termos de qualidade, por parte dos diferentes prestadores.	DSM DGE GACRE DFA	2000	2003

Eixo 3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO					
Identificação/Descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Direcções Envolvidas	Início	Fim
E3.1 PROMOÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	Avaliação das condições de acesso à Internet em Portugal face às condições estabelecidas no resto da UE, numa perspectiva de desenvolvimento da Sociedade da Informação.	Garantir a satisfação das necessidades de comunicações dos cidadãos e das empresas. Promoção da info-inclusão. Diagnóstico de medidas tendentes a promover o acesso à Internet. Eventuais medidas a empreender no sentido de readequar as condições de acesso a meios de transmissão.	DSM DPI DGE DFA GACRE	1ºT2001	4ºT2003
E3.2 PROMOÇÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS	Promover a integração dos cidadãos, em particular dos que têm necessidades especiais, na Sociedade da Informação.	Implementação de projectos especiais de tecnologias de informação em áreas relacionadas com a informação, saúde, educação e necessidades especiais.	PE DFA	1999	4ºT2003
E3.3 PARTICIPAÇÃO NA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA	Acompanhar os projectos em desenvolvimento no âmbito desta organização.	Promover o desenvolvimento de projectos em áreas afins.	PE DFA	1999	2003

CRONOGRAMA DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE LIBERALIZAÇÃO



CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Dir. Envolvidas
		2001	2001	2001	2001	2002	2002	2002	2002	2003	2003	2003	2003	
EIXO 1	E1.1 REVISÃO DO QUADRO REGULAMENTAR APLICÁVEL ÀS TELECOMUNICAÇÕES													
	1. Participação, na esfera comunitária, nos trabalhos de revisão do actual quadro normativo													DAE / DRC, DGE, DSM, DPI, DEN
	2. Coordenação a nível nacional - Grupo de Acompanhamento da Revisão 99													DAE / DRC, DGE, DSM, DPI, DEN
	3. Elaboração de medida legislativa de transposição da Directiva "Protecção de Dados e da Privacidade nas Telecomunicações"													DRC / DPI, DGE, DSM, DAE
	4. Elaboração de medida legislativa de transposição da Directiva "Autorizações"													DRC / DPI, DGE, DSM, DAE
	5. Elaboração de medida legislativa de transposição da Directiva "Acesso e Interligação"													DRC / DPI, DGE, DSM, DAE
	6. Elaboração de medida legislativa de transposição da Directiva "Serviço Universal"													DRC / DPI, DGE, DSM, DAE
EIXO 1	E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB, DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL													
	1. UMTS: Desenvolvimento das acções necessárias à sua implementação													DCD / DGE, DSM, DRC, DEN
	2. UMTS: Contribuição técnica para a elaboração das licenças de operador													DGE / DRC, DSM
	3. UMTS: Acompanhamento do desenvolvimento das redes e análise de eventuais problemas de compatibilidade													DGE / DRC, DSM, DEN
	4. T-DAB: Preparação e participação na conferência de Planeamento de T-DAB na banda L													DGE / Delegações
	5. T-DAB: Planificação Nacional de acordo com as Decisões da Conferência													DGE / DTA, Delegações
	6. DVB-T: Contribuição técnica para a elaboração das licença(s) de operador(es)													DGE / DRC, DSM
	7. DVB-T: Acompanhamento do desenvolvimento das redes													DGE / DSM, DEN
	8. TETRA: Estudo da implementação do Modo Directo nas redes TETRA													DGE / DSM
	9. TETRA: Contribuição para a implementação do TETRA de Emergência													DGE / DRC, DSM
	10. IP: Acompanhamento do desenvolvimento da VoIP e o seu impacto na qualidade de serviço de telecomunicações													DGE / DSM, DPI, DEN

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Dir. Envolvidas
		2001	2001	2001	2001	2002	2002	2002	2002	2003	2003	2003	2003	
EIXO 1	E1.2 ACOMPANHAMENTO DOS DESENVOLVIMENTOS DOS NOVOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS COM VISTA À ANÁLISE DA SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO: UMTS, T-DAB,DVB-T, TETRA, ATM, IP, DSL (conf.)													
	11. ATM: Acompanhamento do desenvolvimento desta tecnologia													DGE
	12. ATM: Análise das consequências regulamentares do desenvolvimento de serviços													DPI / DRC, DGE, DSM, DCD
	13. DSL: Acompanhamento do desenvolvimento desta tecnologia													DGE / DEN
	14. DSL: Análise das consequências regulamentares do desenvolvimento de serviços													DGE / DRC, DSM, DCD
EIXO 1	E1.3 REVISÃO DAS ACTUAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DO ESPECTRO (PLANEAMENTO, LICENCIAMENTO, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ESPECTRO)													
	1. Alteração da Base de Dados de licenciamentos de acordo com o novo regime													DGE / DFA, Delegações
	2. Implementação de novos procedimentos administrativos													DGE, DFA / Delegações
	3. Implementação de novos procedimentos relativos às taxas de utilização de espectro													DGE / DFA
	4. Implementação de novos procedimentos de acordo com a R&TTE													DGE, DEN
	5. Definição de procedimentos e métodos de medida harmonizados													DGE / Delegações
	6. Definição de rotinas eficientes de monitorização do espectro, de controlo de redes de radiocomunicações e de inspecção de estações													DGE / Delegações
	7. Desenvolvimento dos processos de informatização e de tratamento de dados													DGE / DFA, Delegações
	8. Adequação da prática de fiscalização ao novo quadro regulamentar													DGE / DRC, Delegações
	9. Monitorização integrada													DGE / DFA, Delegações
	10. Implementação de um sistema de informação que integra os diferentes sistemas associados à gestão do espectro (incluindo a actualização tecnológica dos meios de controlo e monitorização do espectro)													DGE / DFA, Delegações

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Dir. Envolvidas
		2001	2001	2001	2001	2002	2002	2002	2002	2003	2003	2003	2003	
EIXO I	E1.4 NUMERAÇÃO, ENDEREÇAMENTO E PORTABILIDADE													
	1. Portabilidade: Desenvolvimento das especificações de implementação da Portabilidade no SFT e números não geográficos													DGE / DRC, DSM, DPI, GACRE
	2. Portabilidade: Desenvolvimento das especificações dos modos de implementação da Portabilidade no SMT													DGE / DRC, DSM, DPI, GACRE
	3. Atribuição de recursos de numeração e respectivo tarifário: Lançamento de consulta pública relativa à atribuição directa de recursos de numeração, pelo ICP, aos consumidores finais													DGE / DRC, DSM, DPI, GACRE
	4. Atribuição de recursos de numeração e respectivo tarifário: Implementação/criação da referida Base de Dados													DGE / DFA, DRC
	5. Atribuição de recursos de numeração e respectivo tarifário: Adequação da legislação de modo a permitir o pagamento do serviço de atribuição de recursos de numeração em causa													DGE / DFA, DRC
	6. Atribuição de recursos de numeração e respectivo tarifário: Apuramento dos custos e do tarifário a utilizar na atribuição de recursos de numeração aos clientes/consumidores													DGE / DRC, DSM, GACRE
	7. Regras para a oferta de serviços de telecomunicações: a) acomodados no PNN; b) na base do CLI - Definição e caracterização dos serviços de telecomunicações													DGE / DRC, DSM, GACRE
	8. Regras para a oferta de serviços de telecomunicações: a) acomodados no PNN; b) na base do CLI - Definição de regras para a oferta de serviços associados na base do CLI													DGE / DRC, DSM, DPI, GACRE
	9. Definição de Critérios para o Endereçamento no ATM: Definição e elaboração dos princípios e critérios para o endereçamento no ATM													DGE / DRC, DSM, GACRE
EIXO I	E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS)													
	1. Análise e publicação dos elementos mínimos da oferta de referência de interligação (ORI) e análise e aprovação ORI													DPI / DRC, DGE, DSM, GACRE
	2. Análise e publicação das condições gerais e prévias à negociação de acordos de interligação													DPI / DRC, DGE, DSM, GACRE
	3. Revisão dos princípios gerais SCA de interligação													DPI / DRC, DGE, DSM, GACRE
	4. Estudo sobre condições Peering													DPI / DRC, DGE, DSM, GACRE

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Dir. Envolvidas
		2001	2001	2001	2001	2002	2002	2002	2002	2003	2003	2003	2003	
EIXO I	E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS) (cont.)													
	5. Intervenção na negociação e implementação de acordos de interligação													DPI / DRC, DGE, GACRE, DSM
	6. Análise e aprovação das condições aplicáveis à oferta desagregada do lacete local													DPI / DRC, DGE, GACRE, DSM
	7. Análise das condições de oferta de circuitos para interligação													DPI / DRC, DGE, GACRE, DSM
	8. Análise das condições de interligação transfronteiriça													DPI / DRC, DGE, GACRE, DSM
	9. Avaliação e notificação de entidades com PMS													DPI / DRC, DGE, GACRE, DSM
	10. Análise dos Preços do Serviço Fixo de Telefone													DPI / DSM, DRC
	11. Análise dos Preços do Serviço de Circuitos Alugados													DPI / DSM, DRC
	12. Determinação e publicação dos indicadores de qualidade de serviço do serviço fixo de telefone para os operadores com obrigações de serviço universal e com PMS no mercado do SFT													DPI / DSM, DGE, DRC, GACRE
	13. Fiscalização do sistema de monitorização de qualidade de serviço do OPMS no mercado de redes públicas fixas e ou SFT													DPI / DSM, DGE, DRC, GACRE
	14. Determinação e publicação dos indicadores de qualidade de serviço para os operadores com PMS no mercado dos circuitos alugados													DPI / DSM, DGE, DRC, GACRE
	15. Definição e publicação da oferta do conjunto mínimo de circuitos alugados a fornecer pelos operadores com PMS no mercado de circuitos alugados e pela Concessionária do Serviço Público de Telecomunicações													DPI / DSM, DGE, DRC, GACRE
	16. Análise, aprovação e publicação de declaração de conformidade dos sistemas de contabilidade analítica dos prestadores do SFT													DPI / DSM, DGE, DRC
	17. Análise, aprovação e publicação de declaração de conformidade dos sistemas de contabilidade analítica dos operadores de circuitos alugados com PMS no mercado dos circuitos alugados													DPI / DSM, DGE, DRC
	18. Elaboração e publicação da evolução de preços e comparações internacionais de preços do serviço fixo de telefone e do serviço de circuitos alugados													DPI / DSM, DGE, DRC

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT 2001	2ºT 2001	3ºT 2001	4ºT 2001	1ºT 2002	2ºT 2002	3ºT 2002	4ºT 2002	1ºT 2003	2ºT 2003	3ºT 2003	4ºT 2003	Dir. Envolvidas
EIXO 1	E1.5 PROMOÇÃO DA OFERTA DE REDE ABERTA E REGULAÇÃO DOS OPERADORES COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO (PMS) (cont.)													
	19. Elaboração e publicação da evolução de preços e comparações internacionais de preços do serviço fixo de telefone e do serviço de circuitos alugados													DPI / DSM, DGE, DRC, GACRE
EIXO 1	E1.6 AVALIAÇÃO DOS CUSTOS EM REDES PÚBLICAS (FIXAS E MÓVEIS) NUMA PERSPECTIVA LRIC (CUSTOS PROSPECTIVOS INCREMENTAIS DE LONGO PRAZO)													DPI / DSM, GACRE
	1. Extensão do modelo LRIC: Optimização da localização dos comutadores													GT / DPI, DGE, DEN, DSM, DFA, GACRE
	2. Extensão do modelo LRIC: Inclusão do acesso rádio													GT / DPI, DGE, DEN, DSM, DFA, GACRE
EIXO 1	E1.7 DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO DOS MERCADOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES													
	1. Evolução Tecnológica dos Laboratórios													DEN
	2. Fiscalização do Mercado													DEN / DRC, Delegações
	3. Normalização Técnica													DEN / DAE
	4. Implementação de outras actividades decorrentes da Directiva R&TTE													DEN / DGE, DRC
	5. Evolução Tecnológica do Sector													DEN / GACRE
	6. Certificação													DEN
	7. Implementação de sistema de informação para promover a transparência do mercado													DEN, DFA / GACRE
	4. Estudo de percepção de qualidade - Internet													DSM / DFA, GACRE
	6. Estudo de percepção de qualidade - Distribuição de Televisão por Cabo													DSM / DFA, GACRE
	6. Estudo de percepção de qualidade - Correios													DPI / DFA, GACRE
	7. Indicadores de qualidade do Serviço Móvel Terrestre - GSM													DSM / DGE, DFA, GACRE

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT 2001	2ºT 2001	3ºT 2001	4ºT 2001	1ºT 2002	2ºT 2002	3ºT 2002	4ºT 2002	1ºT 2003	2ºT 2003	3ºT 2003	4ºT 2003	Dir. Envolvidas
EIXO 2	E2.1 CONSUMIDOR / UTILIZADOR BEM INFORMADO													
	1. Desenvolvimento dos mecanismos de informação, incluindo a renovação permanente do site, enquanto instrumento fundamental para a comunicação, em estreita ligação com os serviços de atendimento ao público													GACRE, DFA / Direcções
	2. Desenvolvimento de informação específica ao nível das tecnologias e serviços													DGE / DSM, GACRE
	3. Promoção de acções temáticas em termos de divulgação alargada da informação, nomeadamente através da criação de áreas temáticas no site, que permitam uma interacção plena com o exterior													GACRE, DFA / Direcções
	4. Promoção da actividade laboratorial													DEN / GACRE
EIXO 2	E2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO SECTOR													
	1. Recolha, tratamento e sistematização de informação de índole variada sobre actividades relacionadas com o sector das comunicações em geral, para além da que é prestada pelos operadores e prestadores no âmbito das suas obrigações													DSM
	2. Edição sistemática de diversos indicadores sobre a oferta dos serviços do sector das telecomunicações													DSM / DFA, GACRE
EIXO 2	E2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE TESTES, ESTUDOS E INDICADORES DIRIGIDOS À AFERIÇÃO REGULAR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CORREIOS													
	1. Definição da bateria de estudos, testes e indicadores													DSM / DGE
	2. Estudo de percepção de qualidade do Serviço Fixo de Telefone													DSM / DGE, DFA, GACRE
	3. Estudo de percepção de qualidade do Serviço Móvel Terrestre													DSM / DGE, DFA, GACRE
	4. Estudo de percepção de qualidade - Internet													DSM / DFA, GACRE
	5. Estudo de percepção de qualidade - Distribuição de Televisão por Cabo													DSM / DFA, GACRE
	6. Estudo de percepção de qualidade - Correios													DPI / DFA, GACRE
	7. Indicadores de qualidade do Serviço Móvel Terrestre - GSM													DSM / DGE, DFA, GACRE

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE ACÇÃO

	Descrição	1ºT 2001	2ºT 2001	3ºT 2001	4ºT 2001	1ºT 2002	2ºT 2002	3ºT 2002	4ºT 2002	1ºT 2003	2ºT 2003	3ºT 2003	4ºT 2003	Dir. Envolvidas
EIXO 3	E3.1 GARANTIA DE UM SERVIÇO UNIVERSAL E PROMOÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO													
	1. Estudo sobre a Internet em Portugal													DSM / DPI, DGE, DFA, GACRE
EIXO 3	E3.2 PROMOÇÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS													PE / DFA
EIXO 3	E3.3 PARTICIPAÇÃO NA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA													PE / DFA

PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO
(VERSÃO SINTÉTICA)

4

4. PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO

4.1 PLANO DE PESSOAL

Durante o período do Plano, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Garantir a estabilização do número de efectivos, permitindo apenas uma pequena variação durante o período do Plano;
- Recorrer à contratação a termo apenas em situações de contratação inicial ou de necessidade de substituição temporária de trabalhadores, motivada por ausências;
- Recorrer a trabalho suplementar circunscrito apenas a áreas bem definidas;
- Manter a contratação de serviços em "funções periféricas" (segurança, limpeza, bares, etc.);
- Desenvolver o potencial humano, elevando o índice de qualificação pessoal e profissional dos trabalhadores;
- Disponibilizar bons meios de trabalho, bem como assegurar a formação - inicial e contínua - visando o acréscimo da qualificação dos trabalhadores;
- Garantir as perspectivas de evolução dos trabalhadores, mediante o desenvolvimento da estrutura de carreiras que possibilite o acesso dos trabalhadores a níveis de qualificação superiores.

PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO
(VERSÃO SINTÉTICA)

4

4. PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO

4.1 PLANO DE PESSOAL EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

Durante o período do Plano, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Garantir a estabilização do número de efectivos, permitindo apenas uma pequena variação durante o período do Plano;
- Recorrer à contratação a termo apenas em situações de contratação inicial ou de necessidade de substituição temporária de trabalhadores, motivada por ausências;
- Recorrer a trabalho suplementar circunscrito apenas a áreas bem definidas onde não é aconselhável a utilização de outras formas de prestação de trabalho;
- Manter a contratação de serviços em "funções periféricas" (segurança, limpeza, bares, etc.);
- Desenvolver o potencial humano, elevando o índice de qualificação pessoal e profissional dos trabalhadores;
- Disponibilizar bons meios de trabalho, bem como assegurar a formação - inicial e contínua - visando o acréscimo da qualificação dos trabalhadores;
- Garantir as perspectivas de evolução dos trabalhadores, mediante o desenvolvimento da estrutura de carreiras que possibilite o acesso dos trabalhadores a níveis de qualificação superiores.

PLANO DE PESSOAL 2001/2003

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
Quadros Superiores	188	188	186
Não Quadros	222	217	214
TOTAL	410	405	400

Unidade: Número de Trabalhadores

EVOLUÇÃO DAS FORMAS COMPLEMENTARES DE TRABALHO

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
Trabalho suplementar	19.980	19.580	19.580
Trabalho a termo	19.800	18.000	18.000
TOTAL	39.780	37.580	37.580

Unidade: Horas

4.2 PLANO DE INVESTIMENTO 1/2003

O Plano de Investimento obedece às linhas de orientação estabelecidas pelo Conselho de Administração, pretende dar continuidade e concretizar a modernização e reapetrechamento dos centros de fiscalização, dos laboratórios e dos sistemas de informação.

As áreas de intervenção, nomeadamente a reformulação do sistema informático de apoio, quer ao nível do controlo do espectro que se pretende mais eficaz, quer ao nível da utilização de novas tecnologias de informação e a modernização dos laboratórios, visam dar ao Instituto os meios necessários para a prestação de um serviço público cada vez mais qualificado e actuante.

PROGRAMAS	OBJECTIVOS	2001	2002	2003
	Assumir a actualização do ICP, Euro e novos processos de trabalho "workflow"	1.108.000	800.500	520.700
VIATURAS	Manutenção de uma frota de viaturas adequada às exigências das funções do ICP, com destaque para as funções de monitorização do espectro radioelétrico.	103.000	116.000	92.000
EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS MOBILIÁRIO E OUTROS	Assumir a manutenção dos equipamentos administrativos, mobiliário, etc.	88.000	76.800	76.600
TOTAL		1.733.600	1.378.600	1.083.600

Unidade: Milhões de euros

PLANO DE INVESTIMENTO 2001/2003

PROGRAMAS	OBJECTIVOS	2001	2002	2003
INFRAESTRUTURAS	Melhoria e conservação de edifícios e instalações propriedade do ICP.	34.600	29.300	28.300
ACTUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS RADIOELÉCTRICOS	Assegurar a actualização tecnológica dos equipamentos radioeléctricos destinados à monitorização do espectro radioeléctrico.	400.000	356.000	366.000
INFORMÁTICA	Modernização e actualização das tecnologias de informação do ICP, Euro e novos processos de trabalho "workflow".	1.108.000	800.500	520.700
VIATURAS	Manutenção de uma frota de viaturas adequada às exigências das funções do ICP, com destaque para as missões de monitorização do espectro radioeléctrico.	103.000	116.000	92.000
EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS MOBILIÁRIO E OUTROS	Assegurar a manutenção dos equipamentos administrativos, mobiliário, etc.	88.000	76.800	76.600
TOTAL		1.733.600	1.378.600	1.083.600

Unidade: Milhares de escudos

- Plano de Provéitos e Ganhos
- Plano de Custos e Perdas
- Demonstração de Resultados

4.3 PLANO FINANCEIRO

O Plano Financeiro 2001/2003 contempla os valores adequados à prossecução dos fins do Instituto e ao desenvolvimento da sua actividade, dentro do espírito de maior rigor.

O Plano de Proveitos e Ganhos teve em conta a variação do nível de actividade prevista para o período do Plano e foi consubstanciado numa política de preços ajustada às necessidades de cobertura dos custos e investimento previstos pelo Instituto.

O Plano de Custos e Perdas assegura a continuidade das actividades iniciadas em períodos anteriores e o desenvolvimento de novas actividades no estrito cumprimento das funções atribuídas ao Instituto, nomeadamente a normalização, homologação e fiscalização do espectro radioelétrico, a representação do Estado Português e a assessoria ao Governo. Paralelamente, garante os meios necessários para apoio logístico à CPCE - Comissão de Planeamento das Comunicações de Emergência, IOT - Intervenção Operacional em Telecomunicações e FPC - Fundação Portuguesa das Comunicações, bem como a contribuição para os projectos especiais de ordem social, no âmbito da sociedade de informação, que se enquadram nas Grandes Opções do Plano Nacional, de acordo com as orientações da Tutela.

As peças que constituem o Plano Financeiro do Instituto para o triénio 2001/2003 são as seguintes:

- Plano de Proveitos e Ganhos
- Plano de Custos e Perdas
- Demonstração de Resultados

PLANO DE CONTAS DE 2002/2003

- Orçamento de Tesouraria
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
- Balanços

	2002	2003
LICENCIAMENTOS, ESPECTRO E OUT. TAXAS	12.496.000	12.536.700
Utilização do espectro - GSM	9.412.100	8.941.600
Utilização do espectro - Outros	2.084.000	2.210.900
Outras Taxas	28.000	28.400
ENSAIOS	6.000	6.500
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	268.000	319.500
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	20.900	21.100
CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO	5.100	5.200
PROVEITOS SUPLEMENTARES	4.600	4.900
SUBSÍDIOS UE	159.000	160.000
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	206.000	150.000
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	39.600	40.800
TOTAL	13.205.400	13.243.800

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

PLANO DE PROVEITOS E GANHOS 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
LICENCIAMENTOS, ESPECTRO E OUT. TAXAS	12.496.000	12.535.700	12.157.400
Licenciamentos	116.900	68.200	69.400
Utilização do espectro - GSM	9.412.100	9.412.100	8.941.600
Utilização do espectro - FWA	855.000	880.700	907.100
Utilização do espectro - outros	2.084.000	2.146.500	2.210.900
Outras Taxas	28.000	28.200	28.400
ENSAIOS	6.000	6.300	6.500
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	268.000	319.500	371.000
ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	20.900	21.100	21.600
CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO	5.100	5.200	5.300
PROVEITOS SUPLEMENTARES	4.800	4.900	5.000
SUBSÍDIOS UE	159.000	159.500	160.000
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	206.000	150.000	152.000
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	39.600	40.800	42.000
TOTAL	13.205.400	13.243.000	12.920.800

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

PLANO DE CUSTOS E PERDAS 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.178.000	3.240.800	3.290.400
Combustíveis	37.200	38.490	39.780
Livros e documentação técnica	43.300	44.500	45.700
Material de escritório	32.840	34.210	35.580
Rendas e alugueres	313.600	322.200	324.300
Despesas de representação	19.500	20.100	20.700
Comunicação	179.400	187.300	195.800
Seguros	24.000	25.200	26.000
Deslocações e estadas	334.200	343.500	353.200
Conservação e reparação	526.480	538.660	553.760
Publicidade e propaganda	54.240	55.750	57.260
Custos comuns aos edifícios	187.390	193.320	199.140
Trabalhos especializados	1.311.200	1.321.800	1.315.300
Outros fornecimentos e serviços	114.650	115.770	123.880
IMPOSTOS	3.600	3.700	3.800
CUSTOS COM O PESSOAL	3.179.900	3.342.200	3.516.400
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1.814.000	1.706.100	1.729.600
Quotizações	223.600	229.000	234.500
Reuniões e conferências	107.600	110.000	113.000
Cooperação	42.300	43.400	44.500
CPCE	61.500	65.000	68.800
I.O.T.	192.000	192.000	192.000
Contribuição para a Fundação P. das Comun.	177.000	185.400	194.300
Patrocínios/Prémios em concursos	50.000	51.300	52.500
Outros custos operacionais	960.000	830.000	830.000
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.100.400	1.140.000	1.000.000
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	85.200	86.000	87.000
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	4.200	4.300	4.400
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	37.200	37.300	37.400
TOTAL	9.402.500	9.560.400	9.669.000

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
PROVEITOS E GANHOS			
Licenciamentos	116.900	68.200	69.400
Utilização do espectro - GSM	9.412.100	9.412.100	8.941.600
Utilização do espectro - FWA	855.000	880.700	907.100
Utilização do espectro - Outras	2.084.000	2.146.500	2.210.900
Outras Taxas	28.000	28.200	28.400
Ensaio	6.000	6.300	6.500
Serviços de telecomunicações	268.000	319.500	371.000
Acções de fiscalização	20.900	21.100	21.600
Concessões de exploração	5.100	5.200	5.300
Proveitos suplementares	4.800	4.900	5.000
Subsídios UE	159.000	159.500	160.000
Proveitos e ganhos financeiros	206.000	150.000	152.000
Proveitos e ganhos extraordinários	39.600	40.800	42.000
TOTAL DOS PROVEITOS	13.205.400	13.243.000	12.920.800
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos	3.178.000	3.240.800	3.290.400
Impostos	3.600	3.700	3.800
Pessoal	3.179.900	3.342.200	3.516.400
Outros custos operacionais	1.814.000	1.706.100	1.729.600
Amortizações do exercício	1.100.400	1.140.000	1.000.000
Provisões do exercício	85.200	86.000	87.000
Custos e perdas financeiros	4.200	4.300	4.400
Custos e perdas extraordinários	37.200	37.300	37.400
TOTAL DOS CUSTOS	9.402.500	9.560.400	9.669.000
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.802.900	3.682.600	3.251.800

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

BALANÇOS 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
ACTIVO			
DO ANO ANTERIOR	6.880.000	9.994.300	13.375.800
Imobilizado	5.879.700	6.064.700	6.042.200
Dívidas de terceiros (líquidas)	150.000	160.000	170.000
Depósitos bancários e caixa	9.994.300	13.375.800	16.477.400
Acréscimos e diferimentos	950.000	960.000	970.000
Proveitos e ganhos financeiros	206.000	160.000	152.000
TOTAL DO ACTIVO	16.974.000	20.560.500	23.659.600
PASSIVO			
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	13.086.600	18.121.200	12.794.900
Dívidas a terceiros	1.269.151	1.123.051	990.351
Acréscimos e diferimentos	650.000	700.000	680.000
Investimento	1.733.400	1.378.400	1.063.800
Exploração	1.919.151	1.823.051	1.670.351
TOTAL DO PASSIVO	1.919.151	1.823.051	1.670.351
TOTAL DOS PAGAMENTOS	9.974.300	9.739.700	9.695.200
CAPITAL PRÓPRIO	15.054.849	18.737.449	21.989.249
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	16.974.000	20.560.500	23.659.600

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

ORÇAMENTO DE TESOUREARIA 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
SALDO DO ANO ANTERIOR	6.880.000	9.994.300	13.375.800
RECEBIMENTOS			
Proveitos de exploração	12.882.600	12.971.200	12.644.800
Proveitos e ganhos financeiros	206.000	150.000	152.000
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	13.088.600	13.121.200	12.796.800
PAGAMENTOS			
Investimento	1.733.600	1.378.600	1.083.600
Exploração	8.240.700	8.361.100	8.611.600
TOTAL DOS PAGAMENTOS	9.974.300	9.739.700	9.695.200
DISPONIBILIDADES	9.994.300	13.375.800	16.477.400

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

MAPAS DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
ORIGENS			
Amortizações	1.100.400	1.140.000	1.000.000
Provisões do exercício	85.200	86.000	87.000
Resultado líquido do exercício	3.802.900	3.682.600	3.251.800
TOTAL DAS ORIGENS	4.988.500	4.908.600	4.338.800
APLICAÇÕES			
Investimento	1.703.200	1.348.300	1.053.300
Aumento do fundo de manei	3.419.800	3.583.600	3.361.300
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.123.000	4.931.900	4.414.600
AUMENTO LÍQUIDO DO FUNDO DE MANEIO			
Aumento/(redução) do activo líquido			
. Caixa e depósitos à ordem	3.114.300	3.381.500	3.101.600
. Dívidas de terceiros e diferimentos	35.200	106.000	107.000
(Aumento)/redução do passivo corrente			
. Dívidas a terceiros e diferimentos	270.300	96.100	152.700
VARIAÇÃO LÍQUIDA	3.419.800	3.583.600	3.361.300

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

CASH-FLOW 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADOS LÍQUIDOS	3.802.900	3.682.600	3.251.800
AMORTIZAÇÕES	1.100.400	1.140.000	1.000.000
PROVISÕES	85.200	86.000	87.000
TOTAL DE FUNDOS LIBERTOS	4.988.500	4.908.600	4.338.800
VARIAÇÃO DA PROVISÃO	85.200	86.000	87.000
CASH FLOW	4.903.300	4.822.600	4.251.800
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
COBERTURA DO INVESTIMENTO			
DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
CASH FLOW LÍQUIDO	4.903.300	4.822.600	4.251.800
INVESTIMENTO	1.703.200	1.348.300	1.053.300
AUTOFINANCIAMENTO	288%	358%	404%

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2001/2003

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	12.710.800	12.801.800	12.474.800
Pagamentos a fornecedores	-3.246.400	-3.312.100	-3.364.700
Pagamentos ao pessoal	-3.179.900	-3.342.200	-3.516.400
Fluxos gerados pelas operações	6.284.500	6.147.500	5.593.700
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-1.817.000	-1.709.200	-1.732.800
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-1.817.000	-1.709.200	-1.732.800
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias			
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-23.000	-23.000	-23.000
Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias	-23.000	-23.000	-23.000
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	4.444.500	4.415.300	3.837.900
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de Imobilizações corpóreas	8.000	5.000	5.000
Juros e proveitos similares	206.000	150.000	152.000
	214.000	155.000	157.000
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas	-1.703.200	-1.348.300	-1.053.300
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.489.200	-1.193.300	-896.300
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios à exploração	159.000	159.500	160.000
FLUXOS DA ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO	159.000	159.500	160.000
Variação de caixa e seus equivalentes	3.114.300	3.381.500	3.101.600
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.880.000	9.994.300	13.375.800
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.994.300	13.375.800	16.477.400

Nota: em milhares de escudos, a preços correntes

ANEXO

PROGRAMAS DE INVESTIMENTO DO INSTITUTO

	DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
1.	Actualização tecnológica do Laboratório de Rádio	40.000	40.000	40.000
2.	Actualização tecnológica do Laboratório de Compatibilidade Electromagnética (CEM)	40.000	40.000	40.000
3.	Actualização tecnológica do Laboratório de Metrologia Radiométrica (RM)	30.000	30.000	30.000
4.	Actualização gerência de instalações		160.000	160.000
5.	Novos sistemas tecnológicos (Ondas)		15.000	15.000
6.	Manutenção corrente de espaços	80.000	10.000	10.000
7.	Atribuição de pessoal de formação e respectivo ensino		50.000	
8.	Aquisição de sistemas integrados de gestão do espectro	350.000	10.000	10.000
9.	Gestão de sistemas tecnológicos de informação	85.000		
10.	Gestão por processos qualificados	170.000	20.000	13.000
11.	Aquisição de equipamentos para sistemas de informação	85.000	20.000	20.000
12.	Política de segurança de sistemas de informação	20.000	20.000	20.000
13.	Melhoria da "qualidade de serviço" das tecnologias de informação (gestão de substituições internas)	21.000	35.000	55.000
14.	Enriquecimento da qualidade de dados e informação		50.000	50.000
15.	Cultura tecnológica do trabalho e exploração de sistemas de informação	35.000	12.500	12.500
16.	Sistema operacional - gestão financeira e administrativa	140.000	30.000	
17.	ICP Digital - TNEI e E-Business	130.000	130.000	128.000
18.	Sistema de suporte à decisão	20.000		
19.	Gestão documental	5.000	3.000	3.000
20.	Renovação do stock de veículos	103.000	116.000	92.000
21.	Aquisição de outros equipamentos para laboratórios	19.000	20.000	20.000
22.	Aquisição de outros equipamentos técnicos radioeléctricos	150.000	40.000	60.000
23.	Aquisição de outros equipamentos informáticos	125.000	224.000	118.200
24.	Aquisição conteúdos digitais	131.600	111.100	109.900
	TOTAL	1.733.600	1.378.600	1.083.600

Unidade: em milhões de euros, a preços correntes

ANEXO

PROGRAMAS DE INVESTIMENTO DO INSTITUTO

	DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003
1.	Actualização tecnológica do Laboratório de Rádio	40.000	40.000	40.000
2.	Actualização tecnológica do Laboratório de Compatibilidade Electromagnética (CEM)	40.000	40.000	40.000
3.	Actualização tecnológica do Laboratório de Metrologia Radioelétrica (LMR)	30.000	30.000	30.000
4.	Actualização genérica dos Laboratórios		150.000	150.000
5.	Novos sistemas tecnológicos: DVB-T		15.000	15.000
6.	Monitorização e controlo do espectro	80.000	10.000	10.000
7.	Atribuição de recursos de numeração e respectivo tarifário		50.000	
8.	Aquisição do sistema integrado de gestão do espectro	350.000	10.000	10.000
9.	Gestão de sistemas e tecnologias de informação	85.000		
10.	Gestão por processos (workflow)	170.000	200.000	130.000
11.	Adequação da administração dos sistemas de informação	85.000	31.000	20.000
12.	Política de segurança de sistemas de informação	20.000	20.000	20.000
13.	Melhoria da "qualidade de serviço" das tecnologias de informação (gestão de solicitações internas)	21.000	66.000	55.000
14.	Enriquecimento da qualidade de dados e da informação		30.000	30.000
15.	Cultura tecnológica do trabalho e exploração de sistemas de informação	38.000	12.500	12.500
16.	Sistema aplicacional - gestão financeira e administrativa	140.000	30.000	
17.	ICP Digital - I*NET e E-Business	130.000	130.000	128.000
18.	Sistema de suporte à decisão	20.000		
19.	Gestão documental	8.000	3.000	3.000
20.	Renovação da frota de viaturas	103.000	116.000	92.000
21.	Aquisição de outros equipamentos para os laboratórios	19.000	20.000	20.000
22.	Aquisição de outros equipamentos básicos radioelétricos	100.000	40.000	50.000
23.	Aquisição de outros equipamentos informáticos	123.000	224.000	118.200
24.	Aquisições correntes diversas	131.600	111.100	109.900
	TOTAL	1.733.600	1.378.600	1.083.600

Unidade: em milhares de escudos, a preços correntes



